

CONGRESSO PAN-AMERICANO DE ARQUITETOS: *ETHOS* CONTINENTAL E HERANÇA EUROPÉIA NA FORMULAÇÃO DO CAMPO DO PLANEJAMENTO (1920-1960)

The Pan American Congresses Of Architects: Continental Ethos And European Legacy In The Conformation Of The Field Of Urban Planning (1920-1960)

Fernando Atique

Universidade Federal de São Paulo

Departamento de História

fernando.atique@gmail.com

RESUMO

O debate acerca do pan-americanismo e das heranças europeias é tomado a partir da análise das dez primeiras edições do Congresso Pan-Americanos de Arquitetos, realizados entre 1920 e 1960, em diversas localidades das três Américas. Fóruns privilegiados de reunião dos profissionais americanos, a análise de suas atas, de reportagens de revistas e jornais, de documentos primários e de bibliografia, permite a construção de uma análise histórica acerca dos temas e dos ideários em formulação neste momento histórico. Como recorte temático, o artigo se debruça sobre a constituição do campo do Planejamento, mostrando como a partir de uma concepção ainda *beauxartiana* de intervenção urbana, nas primeiras edições, ao longo da década de 1920, se chega aos anos 1960 com uma clara definição do planejamento como atitude profissional principal dos arquitetos.

Palavras-chave

Pan-Americanismo; Arquitetos; Planejamento Urbano.

ABSTRACT

The debate about Americanism and European heritage is taken from the analysis of the first ten editions of the Pan American Congress of Architects, conducted between 1920 and 1960 in various locations throughout the Americas. Forums for privileged meeting of the American professionals, the analysis of its minutes, in magazine and newspaper articles, primary documents and literature, allows the construction of a historical analysis about the themes and ideals formulated in this historical moment.

As a thematic frame, the article focuses on the constitution of the field of Planning, showing how from a still beauxartian design of urban intervention in the early editions, along the 1920s, one arrives to the 1960s with a clear definition of planning as the principal attitude for the architects.

Keywords

Pan Americanism; Architects; Urban Planning.

1 – Pan-Americanismo: um debate coeso no ambiente Americano?

Em 16 de novembro de 1919, o *New York Times* publicou uma apreciação interessante sobre a abertura do Primeiro Congresso Pan-Americano de Arquitetos que se realizaria em Montevidéu, capital do Uruguai, em 1920. Para o *Times*, o Congresso seria a principal arena a

Contribuir para o desenvolvimento da arquitetura e dar um estímulo aos estudos artísticos e científicos relacionados com a profissão, para lutar por uma melhor compreensão de todas as questões relacionadas à arquitetura, na resolução daquelas que as nações da América têm interesses; promover, por todos os meios ao seu alcance os mais altos interesses da arquitetura, e para criar e manter estreitas relações de amizade e compreensão entre as instituições de arquitetura, associações e arquitetos individuais das Américas (THE NEW YORK TIMES, 1919).

De fato, esses Congressos apareceram em um momento crucial sobre o debate acerca do pan-americanismo, o qual foi um dos principais temas nos debates políticos no Continente durante grande parte do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Como apontado pelo historiador e diplomata Luís Cláudio Villafañe dos Santos uma das primeiras vezes em que houve o emprego da expressão "pan-americanismo" foi em um artigo publicado no jornal *The New York Evening Post*, em 27 de Junho de 1882. O artigo expressava a ideia de uma possível integração continental, seguindo os exemplos dos movimentos pan-eslavos e pan-germânicos (SANTOS, 2004, p.64). O pan-americanismo, no entanto, não era um consenso dentro das três Américas. Na verdade, sua definição perpassava diferentes grupos que, em comum, tinham, em grandes linhas, um debate contra o modelo europeu de política e de ação econômica nas Américas. É importante destacar que o suposto repúdio europeu nas Américas, tem uma de suas raízes na Doutrina Monroe, postulada pelo

presidente estadunidense James Monroe, em 1823. A Doutrina Monroe, evocada por seu lema "a América para os americanos", criou uma ideologia com foco em dois aspectos: a) a luta política contra as consequências da Santa Aliança e, b) o reforço da liderança dos Estados Unidos dentro do continente americano. A presença dos Estados Unidos nas repúblicas americanas como "guardião do continente" foi polêmica e, obviamente, não era um consenso interamericano.

Podemos entender melhor este ponto se tivermos em mente as diferentes formas pelas quais os Estados Unidos trataram a Doutrina Monroe, e, como consequência, o próprio pan-americanismo. A historiadora Kátia Gerab Baggio diz que o pan-americanismo foi divulgado durante o século XIX nos Congressos Americanos, também chamados de Congressos Pan-Americanos.¹ Baggio salienta que a segunda reunião, ocorrida entre outubro de 1889 e abril 1890 deve ser vista com especial interesse, porque marca oficialmente a entrada da temática do Pan-Americanismo na agenda política dos Estados Unidos (BAGGIO, 2001, p.3).

A partir desta data, podemos falar sobre o pan-americanismo de quatro formas diferentes entre a intelectualidade das três Américas. As principais linhas deste debate podem ser resumidas da seguinte forma: um grupo expressava repúdio completo do pan-americanismo e, conseqüentemente, dos Estados Unidos; outro grupo tinha uma interpretação pragmática do pan-americanismo; outro, ainda, olhava para os Estados Unidos e o pan-americanismo com intenção fraterna, e, por último, podemos identificar um grupo que tinha uma visão crítica das ações políticas do *Tio Sam*.² Estas quatro posturas diferentes foram amplamente discutidas por décadas dentro do continente americano e podem ser sentidas na proliferação de muitos "Congressos Pan-Americanos", como os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos.

2 – O Pan-Americanismo e os Arquitetos: identidade profissional

Como foi visto o Pan-Americanismo não encontrou uma única definição ao longo dos anos em que foi discutido. A tendência, manifestada por meio da Doutrina Monroe, de cristalizar os Estados Unidos como "modelo de nação" encontrou respostas advindas de países hispânicos e provocou debates acalorados por todo o continente americano. Contudo, dentre essas várias propostas pan-americanistas a dos Estados Unidos conseguiu, de fato, se impor, ao longo dos anos, em função do

¹ As reuniões foram denominadas em função dos lugares em que ocorreram, a saber: Congresso do Panamá (1826), Congresso de Lima (1847-1848), Congressos de Santiago e Washington (ambos em 1856), II Congresso de Lima (1864-1865) e Conferência de Washington (1899-1890).

² Para maiores informações no que concerne ao Pan-Americanismo e suas ideias, consultar: (ATIQUÉ *In*: GOMES, 2009); (BANDEIRA, 2007); (PRADO, 2001).

estabelecimento de várias estratégias, como a de promoção de eventos, de visitas, de relações comerciais, de invasões militares e, também, de participação em reuniões científicas e mesmo em associações profissionais. Neste sentido, é inegável que a presença norte-americana nos encontros profissionais causava certa atração, uma vez que a exibição de pesquisas e de avanços técnico-científicos daquele país mostrava possíveis caminhos a serem percorridos também pelas demais repúblicas americanas em seu desenvolvimento.

Embora os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos continuem a existir, a proliferação de eventos ligados à arquitetura e, depois, ao urbanismo, a partir dos anos 1950, e, sobretudo, após a emergência dos Seminários de Arquitetura Latino-Americana, os SALs, como bem mostrou Ramón Gutierrez e equipe (2007, p.7) diminuíram a atenção dada a tais reuniões na atualidade. Entretanto, nem sempre foi esta a situação. Entre o ano de sua primeira edição, em 1920, e o da décima reunião, ocorrida em 1960, os eventos não só gozaram de grande notoriedade, como foram os principais fóruns de debates dos arquitetos no continente americano, antecipando, em certo sentido, e encontrando, muitas vezes, mais prestígio do que os contemporâneos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, os CIAMs, já assimilados pela historiografia do século XX (ATIQUÉ, 2007, p. 50).

A primeira reflexão acerca dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos diz respeito à sua idealização, a qual remonta a um grupo de arquitetos uruguaios interessado em regulamentar a profissão de arquiteto naquele país. Dessa maneira, quando se organizou a *Sociedad Central de Arquitectos del Uruguay*, em 1914, por iniciativa de Alfredo R. Campos, Alfredo Baldomir, Horacio Acosta y Lara, pode-se falar também da gênese dos Congressos Pan-Americanos, isso porque a iniciativa de regulamentação e de defesa dos profissionais da arquitetura, naquela nação, surtiu efeito, e foi colocada, pelo grupo fundador, como cabível e necessária aos outros países do continente americano. Como forma de garantir a implementação dessa discussão, este grupo uruaio formulou a hipótese de reuniões sistemáticas que permitissem a participação das demais nações americanas, objetivando criar um movimento forte e coeso, capaz de pressionar as autoridades de cada nação no estabelecimento de normas federais voltadas ao resguardo das questões profissionais (ATIQUÉ, 2007). Para tanto, o Uruguai estabeleceu, em 1916, o *Comité Permanente de los Congresos Panamericanos de Arquitectos*, que ficou lotado, durante vários anos, em Montevideú, sob a direção do arquiteto Horacio Acosta y Lara, um dos expoentes da profissão naquele país. Cada país anfitrião possuía, ainda, uma

comissão organizadora local, subordinada a este comitê permanente. Esta estrutura veio a ser alterada apenas no VI Congresso, ocorrido em Lima, em 1947, quando foi criada Federação de Associações Pan-Americanas de Arquitetos – FPAA – que é a entidade organizadora desses congressos, desde então (GUTIÉRREZ et al, 2007, p.22).

Da análise dos documentos que tratam dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos se depreende a noção de pan-americanismo que seus participantes e idealizadores, em certo sentido, comungavam. O editorial da revista *Architectura no Brasil*, de setembro de 1923 é singular na explicitação de qual era a ideologia pan-americana do II Congresso Pan-Americano de Arquitetos, então, em curso, em Santiago do Chile:

Reúne-se pela segunda vez em nosso continente o Congresso Pan-Americano de Arquitetos, cujo promissor inicio realizou-se ha três anos passados na linda cidade de Montevideú, capital do nosso vizinho amigo o Uruguai. (...) O Brasil, como um dos grandes membros da grande família americana, congratula-se com os demais países amigos pela realização desse congraçamento de obreiros do belo, no qual se reúnem debaixo do mesmo palio fraternal da paz e trabalho, os principais arquitetos americanos, portadores de ideias e princípios, cuja utilidade para o engrandecimento da arquitetura em nosso continente escusamo-nos de enaltecer. (...) Para governo de uma profissão, as resoluções dos congressos internacionais não eram o suficiente. Além das sabias lições adquiridas no convívio com o meio seletto de arquitetos da velha Europa, nesses magnos torneios de arte, algo de mais especializado e absolutamente restrito ao meio ambiente da América necessitavam os nossos arquitetos, porque ha sempre uma mesma lei moral de harmonia que nos irmana e engrandece baseada em um novo ideal altamente de solidariedade humana (ARCHITECTURA NO BRASIL, 1923).

É importante apontar que este discurso é próximo daqueles que intelectuais latino-americanos, como o brasileiro Joaquim Nabuco e o argentino Domingo Faustino Sarmiento faziam. Para Nabuco, por exemplo, o contato com as nações americanas era uma bandeira importante de ser levantada, mas, este autor deixava claro que dentre todos, de fato era a proximidade com os Estados Unidos da América, país dotado de "*alta civilização*", o que poderia "*trazer beneficio e progresso*" (NABUCO, 1988, in: DAGHLIAN, 1988, p.40). Sarmiento, por sua vez, dizia que o que os Estados Unidos não deveriam ser detidos em "*sua marcha*", e, sim, transformados em parceiros, para que fossemos "*a América, como o mar é o oceano*" (SARMIENTO, 1883, citado por BRUIT, 2001, p.5).

Esta propensão à reunião das nações americanas, com especial ênfase ao contato americano, pode ser sentida com pequenas decisões, como a que estipulava as línguas oficiais dos eventos: português, espanhol, francês e inglês, de maneira a permitir que todos os países pudessem participar facilitando o intercâmbio do conhecimento entre as Américas. Contudo, de fato, ao se analisar os Anais das primeiras edições desses encontros, percebe-se certo predomínio na participação de profissionais do que conhecemos, hoje, por Cone Sul, como Argentina, Uruguai, Chile e Brasil, seguidos, em menor número, por participantes da Colômbia, da Venezuela, do Peru, da América Central e do Caribe, como Cuba. Com relação aos Estados Unidos, deve-se apontar que sempre suas delegações foram formadas por um número muito pequeno de delegados, não chegando a se constituírem, numericamente, em um grupo hegemônico em nenhuma dessas reuniões, mas, curiosamente, sempre foram tratados com grande respeito profissional e com explícita curiosidade pelos arquitetos (ATIQUE, 2009). Com relação ao Canadá, sabe-se de sua participação, pela primeira vez, no IV Congresso, ocorrido no Rio, mas, mesmo assim, por representação do arquiteto escocês Robert Prentice, atuante na antiga capital federal do Brasil, membro de uma sociedade de classe daquele país³ (REVISTA DE ARQUITECTURA, 1930). O próprio México só entraria em cena com grande peso, a partir dos anos 1940, época em que chegaria a abrigar uma das edições dos Congressos - em 1952.

É praticamente imediato se pensar em circulação de ideias ao se falar dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos. Este debate acerca das referências para a prática do projeto espacial, urbano ou arquitetônico, foi sempre ponto focal das discussões processadas nesses eventos. A análise dos temários de cada edição dos congressos permite sentir as latências no meio profissional, ano após ano, e se constitui em um elenco do que a intelectualidade arquitetônica das três Américas debatia no século XX. É importante, assim, apresentar uma breve síntese dessas ideias. Por exemplo, a primeira edição dos Congressos Pan-Americanos, que ocorreu em Montevideu,⁴ em 1920, sob a presidência do arquiteto Horacio Acosta y Lara, tinha como ponto focal, o estímulo à luta e à efetiva promulgação de leis que

³ Essa representação foi possível por causa do *Commonwealth*, que igualou as atribuições profissionais dos arquitetos da Grã-Bretanha aos do Canadá.

⁴ Sabe-se que a ideia original do Comitê Permanente era ter realizado este evento logo após a constituição da *Sociedad Central de Arquitectos* daquele país, mas, segundo carta encontrada nos arquivos do professor Warren Laird, da *University of Pennsylvania*, tal iniciativa foi postergada, algumas vezes, em função da Guerra Mundial que grassava na Europa, e conseqüentemente, das dificuldades de viagens pelo Atlântico (CARTA DE H. ACOSTA Y LARA A W.P. LAIRD, 12 set 1919).

regulamentassem a profissão de arquiteto em cada país americano, como já insinuava a criação do Comitê Permanente, no Uruguai, ainda em 1914. Logo no Primeiro Congresso puderam ser discutidos temas como: "*Transformação, desenvolvimento e embelezamento da cidade de tipo predominante na América*"; "*Materiais de Construção peculiares a cada país da América – meios adequados para difundir o conhecimento de sua natureza e emprego em todo o continente*"; "*Casas baratas urbanas e rurais na América*", além dos que tratavam especificamente da questão do entendimento profissional, como: "*Convém regulamentar o exercício da profissão de Arquiteto?*"; "*meios de se obter maior cultura artística do público para uma melhor compreensão da obra arquitetônica*" e "*responsabilidade profissional do Arquiteto*", dentre outros (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940).

Mais especificamente, do ponto de vista da regulamentação da profissão, as conclusões do I Congresso Pan-Americano de Arquitetos estabeleciam definições sobre a figura do "*arquiteto*". Muito embora a noção de "*homem das artes*", típica da tradição *Beaux-Arts* não houvesse desaparecido por completo, novas perspectivas de atuação foram acopladas a ela. As conclusões oficiais desse primeiro evento diziam que o arquiteto era "*o profissional que possui todos os conhecimentos jurídicos e econômicos, necessários para projetar as obras de arquitetura e fazê-las executar sob sua direção*" (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940, p.14). O arquiteto era, também, o profissional habilitado

para melhorar a estética das cidades, desenvolver a cultura geral, para obter um critério definido nas condições de nossas vivendas que tanta influência tem na saúde física e moral do povo, para assegurar a beleza, segurança e higiene de toda a espécie de edifícios (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940).

Nesse sentido, fica claro que o primeiro congresso procurava dialogar com os poderes centrais de cada país, entendidos como os responsáveis diretos por oficializar as conclusões obtidas no evento. Tal diálogo também incorporava a colaboração norte-americana, já que o *American Institute of Architects* era conhecido no continente todo, e alguns alunos formados na *University of Pennsylvania* – Penn – como Francisco Squirru, formado em 1915 e delegado oficial da Penn, nos dois primeiros encontros, já haviam indicado esta conexão (CARTA DE F. SQUIRRU A W.P. LAIRD, 2 dec 1919).

O Segundo Congresso, realizado em Santiago do Chile, em 1923, foi presidido pelo arquiteto Ricardo Gonzáles Cortés. O que se depreende, de imediato, de suas conclusões, é a necessidade do estudo e do entendimento sobre o urbanismo em

todas as Escolas de Arquitetura da América. Aparece, ali, também, o debate acerca da conservação dos monumentos históricos dos países latino-americanos, atitude que antecipou a discussão e a criação de vários serviços com essa finalidade no continente. O segundo Congresso, entre suas determinações, fazia *"votos para a regulamentação da profissão de Arquiteto, como único meio de alcançar o nível que lhe corresponde como fator fundamental do melhoramento da vida moderna"* (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940, p.18), e explicitava, também, que era

função que [competia] primordialmente aos Arquitetos do continente estudar em todos os seus aspectos e características locais o problema da habitação e da edificação em geral e das casas proletárias e econômicas em particular, de modo a estabelecer as condições que [convinham] fixar para chegar ao estímulo efetivo das construções de toda a espécie nas cidades e povoações americanas" (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940).

Estas determinações deixam clara a noção de compromisso social do profissional, sobretudo, se for notada a discussão sobre a questão da habitação de interesse social, que foi discutida no evento. Um paralelo inevitável deve ser traçado com os debates dos CIAMs, que em função da realidade europeia de reconstrução e melhoramento das construções, de fato, só introduziria esse debate sobre a habitação social, em um evento de objetivo e porte semelhante, no final da década de 1920. Entretanto, numa espécie de paradoxo aos olhos contemporâneos, o mesmo congresso recomendava que o ensino nas escolas de arquitetura fosse *"essencialmente artístico, sem prejuízo de serem desenvolvidos, convenientemente, os conhecimentos de ordem técnica e científica necessários para a formação do Arquiteto"* (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940, p.19). Mesmo nos Estados Unidos esta definição era corrente. Deve-se informar que o curso de Arquitetura da *University of Pennsylvania*, reorganizou seu curso dentro de uma *School of Fine Arts*, o que, na prática, a aproximava bastante das Escolas de Belas Artes existentes no continente todo, responsáveis pela formação de arquitetos.

O terceiro encontro, ocorrido em Buenos Aires, foi presidido pelo arquiteto Raul E. Fitte. Nessa edição, a questão do ensino nas Escolas de Arquitetura foi uma das pautas centrais, deslocando o debate persistente sobre a questão da proteção aos profissionais, para a que incidia sobre *"qual profissional se queria ver formado"* nas Américas. Contudo, é neste congresso que aparecem, pela primeira vez, teses específicas sobre qual seria o destino da arquitetura e das cidades com a proliferação da *"vertente moderna"* de Arquitetura e Urbanismo. Os congressistas do evento de

1927 deram novos contornos a temas persistentes no cenário profissional daqueles anos. A primeira conclusão daquele congresso era intitulada "*como deve ser definido o arquiteto da América e quais devem ser suas atividades no exercício profissional*". Sobre isso, diziam os congressistas que:

O Arquiteto é um artista e um técnico, que projeta e dirige suas obras com exclusão de toda a atividade comercial das mesmas, sendo um anseio do III Congresso Pan-Americano de Arquitetos que os poderes públicos de todos os países da América, ao ditar as respectivas regulamentações profissionais, deem força a essa definição (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940).

A resolução mostra a incorporação de certos princípios europeus, como a fusão de Arte e Técnica, que havia sido objeto de reflexão, em 1925, do arquiteto ítalo-paulista Rino Levi, que viria a se diplomar em Arquitetura na Escola Superior de Roma, em 1926. A ideia de "arquiteto integral", postulada por Gustavo Giovannoni é capaz de ser vista numa carta publicada no jornal O Estado de São Paulo, em 25 de outubro de 1925 por Levi, mas também, nos debates processados nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos (ANELLI; GUERRA; KON, 2001). Dessa forma, nas principais resoluções desse terceiro congresso é interessante observar a recomendação dada aos arquitetos para "*manter em seu estudo e em seu desenvolvimento*", um contato direto com o urbanismo, "*ciência intimamente ligada com a Arquitetura*", entendida como a responsável por limitar a densidade exagerada das edificações sobre as vias tradicionais das cidades americanas, como ainda, à qual competia a confecção de planos reguladores ou de extensão a cada povoação da América" (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940, p.23).

A necessidade de junção do urbanismo, "ciência" em constante construção naquele momento, com a arquitetura, se, por um lado, frustra a ideia de americanização nesta área, já que nos Estados Unidos as profissões de *Architect*, *Urban Planner* e de *Landscape Architect* já eram carreiras separadas, desde o começo dos anos 1920, por outro, mostra que o urbanismo em implantação nas Américas Central e do Sul tinha de buscar as contribuições dos colegas estadunidenses, sobretudo por meio do *Zoning* (FELDMAN, 2005; SOMEKH, 1997). Pode-se notar, então, uma clara atitude sincrética de ideais e saberes entre Europa, Estados Unidos e América Latina.

O Congresso seguinte foi organizado pelo Brasil, e aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1930, sob a presidência do arquiteto Nestor Egydeo de Figueiredo. As fontes sobre esse encontro mostram que a discussão sobre os nacionalismos e as

repercussões positivas e negativas acerca da arquitetura e do urbanismo modernos, bem como da metropolização das cidades da América do Sul foram os temas-chave. O embate entre o Modernismo arquitetônico e a arquitetura de tendências tradicionais foi levado às últimas consequências, redundando em polêmicas entre o brasileiro e crítico de artes e arquitetura, José Marianno Filho e o engenheiro paulista, formado na Grã-Bretanha, Flavio de Carvalho (REVISTA DE ARQUITECTURA, 1930). Fica clara, neste evento, a noção de que o arquiteto era o profissional dotado de capacidade de composição arquitetônica, completada por "*conhecimentos históricos, técnicos e científicos*" (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940, p.27). Todavia, tal noção foi ampliada, na medida em que ficou explicitada, dentre as determinações do congresso, que ocorresse a "*criação de cadeiras ou cursos de urbanismo nas escolas superiores de arquitetura assim como o ensino especializado da Arquitetura Paisagista*", sendo explicitado, ainda, que "*o Urbanismo, por sua importância, constitua tema obrigatório dos futuros congressos*" (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940, p.29), recomendação que foi seguida quando da montagem do V Congresso, em 1940.

Nesta edição dos Congressos Pan-Americanos decidiu-se que Havana, em Cuba, seria a organizadora do próximo encontro, agendado para 1933, seguindo, naquela altura, uma costumeira estrutura trienal. Contudo, problemas políticos e econômicos deflagrados pelo *crack* de *Wall Street*, em 1929, levaram a ilha a sofrer forte recessão e a não conseguir viabilizar a realização dos encontros, embora propagandas sobre ele tenham chegado a ser veiculadas em diversos periódicos, em 1931 (REVISTA DE ARQUITECTURA, 1931, n.129, p.478). Com a suspensão do Congresso de 1933, em Cuba, houve uma interrupção de dez anos nos encontros, os quais, por fim, acabaram sendo realizados novamente em Montevidéu. Assim, o quinto Congresso Pan-Americano de Arquitetos tomou curso no Uruguai, em 1940, tendo sido presidido pelo arquiteto Daniel Rocco. O evento lá acontecido fechou um ciclo de vinte anos, permitindo a leitura de uma discussão muito interessante sobre temas sociais, quer seja sobre a resolução do crescimento desordenado das cidades, quer seja sobre o problema habitacional da população de baixa renda, ou, ainda, sobre a necessidade de se lutar por fundos de aposentadoria para os arquitetos. A discussão que começou em Montevidéu, em 1920, tendo como base a regulamentação da profissão dos arquitetos retornou à mesma cidade com temas que pareciam revelar senão uma mudança nas atividades profissionais, ao certo, uma ampliação do entendimento da própria profissão, mediante a possibilidade de discussão e amadurecimento proporcionados pelos congressos.

Também foi pauta desta quinta edição dos *Pan-Americanos de Arquitetura* as discussões concernentes à questão do crescimento das cidades e da resolução dos déficits habitacionais. Para tanto, o congresso recomendou a criação de uma "Conferência Pan-Americana de Urbanismo", sob os auspícios do Comitê Permanente dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos. Essa conferência teria a função apresentar soluções, já debatidas nos "Institutos Oficiais Autônomos de Urbanismo e Urbanística", de cada país, visando "levar a cabo uma ação coordenada de investigações, ensino e divulgação dos problemas urbanos e rurais" (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940, p.31). Vê-se, então, que houve um crescente amadurecimento no pensamento sobre as atribuições profissionais do arquiteto, somando à tradicional concepção de homem das artes, noções de ciência, técnica e planejamentos habitacional e regional, muito em função do englobar do urbanismo ao *métier* já consagrado. Mas outro fator que possibilitou mudanças no entendimento da própria profissão do arquiteto foi a luta pela regulamentação profissional nessas cinco edições já vistas.

Muito importante é mostrar que embora a discussão dentro dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos soe como autossuficiente e endogênica, na realidade ela era extremamente internacional. A permissão para que arquitetos europeus pudessem participar dos eventos como "observadores" demonstra que os colegas das Américas estavam cientes não apenas do legado, da presença, mas, sobretudo da contribuição que a Europa poderia dar em termos conceituais e operacionais ao debate sobre o urbano. Contudo, é impossível não perceber o ideal de valorização do ambiente americano em detrimento do europeu com conclusões como a que instituiu o "Prêmio América" a ser regulado pela União Pan-Americana de Washington, que tinha por fim permitir o intercâmbio de recém-formados visando estudos de levantamento e prática da restauração de monumentos de interesse do continente (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940, p.34). A tradição preservacionista da Europa, sobretudo em países como Itália, França e Inglaterra era aplicada ao ambiente americano, de maneira a poder criar um pensamento e uma linha de ação para além da pilhagem ou do dogmatismo conceitual, com os quais eram inexoravelmente associados.

A sexta edição dos Congressos Pan-Americanos ocorreu em Lima, em 1947. Certamente, pode-se imputar a ele o papel de pedra de toque dessas reuniões, pois permitiu um livre debate entre as tendências historicistas e o modernismo, que, curiosamente passou a ser chamado de "Arquitetura Contemporânea" por

determinação do Congresso. A exposição pan-americana promovida, tanto de livros quanto de projetos, permitiu a divulgação de diversos títulos e obras de Arquitetura recém-produzidos, os quais vieram a fazer parte do imaginário latino-americano, como o Ministério da Educação e Saúde Pública, do Brasil, a Cidade Universitária de Caracas e a revista *Arquitectura*, editada pelo mexicano Mario Pani. Este congresso foi, curiosamente, o primeiro realizado após o fim da Segunda Guerra Mundial, e foi mais um dos que contou com expectadores estrangeiros de Portugal, da Espanha e da França, que desejaram participar e compreender o movimento arquitetônico que se desenrolava na América. Esta presença de “observadores europeus” atesta, por um lado a presença de europeus trabalhando nas Américas, mas, também, certa respeitabilidade europeia pelos debates que se processavam há mais de duas décadas em âmbito americano.

Já o sétimo Congresso Pan-Americano de Arquitetos teve por sede Havana, em 1950. Discussão importante ali realizada foi a que considerou que a Arquitetura e o Urbanismo eram uma só disciplina, delegando ao ensino grande responsabilidade para a criação de urbanistas e planejadores capazes de compreender as mudanças de escala entre o edifício e a cidade. Curioso é notar nas Atas do congresso a grande referência no campo conceitual do planejamento remetendo aos paradigmas biológicos. Segundo a crença da época, esses paradigmas seriam capazes de explicar e de dar modelos para o conhecimento ecológico dos assentamentos humanos, nitidamente vinculados às ideias de eugenia praticadas na Europa e em toda a América desde a década de 1910, mas com raízes nos séculos XVIII e XIX (VIRGILIO, 2005). Neste sentido, começou dentro dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos a ocorrer certa valorização não mais apenas do urbanismo (*Urbanism*), mas do Planejamento (*Planning*) tomado como a atitude que perpassa todas as escalas de intervenção. Aqui, se percebe uma nítida aproximação com os princípios europeus de pensamento sobre o território e a cidade praticados após a II Guerra Mundial. Por outro lado, fica nítida, também, a presença conceitual e operativa dos “*surveys*” americanos e das metodologias de Ecologia Urbana difundidas pela Escola Sociológica de Chicago.

Esta perspectiva de circulação de ideias entre o Norte e o Sul do continente, leva, curiosamente, o México a organizar, em 1952 a oitava edição dos Congressos, a primeira a ocorrer na parte norte do continente. Este congresso foi o primeiro a se ater mais especificamente aos problemas urbanos, deixando para trás os debates conceituais sobre a profissão. A discussão sobre a habitação social, tema que sempre

compareceu nos congressos, foi com ênfase discutida e redundou na recomendação da criação de um Instituto Interamericano de Planejamento, com sede rotativa, a começar pelo México, e que acompanharia as sucessivas edições dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos (GUTIÉRREZ et al, 2007, p. 76). Sobre este Instituto, ainda são necessárias pesquisas, mas enquanto órgão autônomo parece ter tido vida efêmera.

Em 1955 retomou-se a estrutura trienal dos encontros, e a Venezuela ficou encarregada de sua organização, a qual veio a termo em Caracas, em setembro de 1955. O tema geral do congresso foi o planejamento, como se esperava tendo-se por base os eventos anteriores. O discurso acerca da função social do arquiteto foi recorrente, e a aproximação aos debates urbanos se fez presente em quase todas as comunicações, e o congresso deliberou que o arquiteto deveria investigar o meio para conhecer suas dimensões físicas, humanas, econômicas, político-administrativas visando a confecção de Planos Diretores (*Master Plans*). As determinações deste Congresso deram origem a uma "Carta de Caracas", documento que procurava expressar o pensamento do conglomerado de arquitetos reunidos na Venezuela, signatários da proposta que colocava o Planejamento como a atividade base e fim de toda a atividade projetiva dos arquitetos. É neste momento que o prestígio dos CIAMs e dos respectivos documentos deles advindos começam a obliterar a importância dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, que se tornaram mais um evento de delegações oficiais do que de franco debate como verificado nas primeiras edições.

Por fim, a décima edição transcorreu em Buenos Aires, em 1960 e, de certa forma, sinalizou uma atitude de síntese e, ao mesmo tempo, de perda de prestígio que já se delineava em 1955. Isso se deveu, em parte, por conta da efetiva organização de escolas, associações profissionais e de outros eventos que se proliferaram e ampliaram a discussão que antes era mais restrita aos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos. Esta edição dedicou-se a debater a habitação humana, investigando o Planejamento em quatro dimensões: 1) o que vinha sendo feito, 2) como poderia ser feito, 3) com quais materiais e 4) onde deveria ser implantado nas Américas. Importante é frisar que as conclusões do congresso relacionam abertamente que o problema da habitação era o problema básico do Planejamento e, mais, que este só seria resolvido com as concomitantes obtenções de desenvolvimento econômico, implantação de estabilidade política e difusão da segurança social em cada país. Discursos nitidamente voltados à ideologia desenvolvimentista daqueles anos, que redundavam em Planos Nacionais e/ou de

Metas, eram recomendados. Face à grande eclosão urbana e à disseminação de outras práticas acadêmicas devotadas aos problemas urbanos, como a demografia, o escopo do congresso tornou-se nitidamente tecnicista. Aos problemas apontados, quase sempre se postulava que as resoluções adviriam em médio prazo, algo que se mostrou difícil de ser obtido, face à eclosão de diversos regimes ditatoriais na década de 1960, em diversos países americanos.

A persistência sobre a questão da organização dos arquitetos quer seja em órgãos profissionais, quer seja por meio de seus trabalhos em instituições universitárias permitiram verificar que os Congressos Pan-Americanos foram, ao longo de suas primeiras edições, fóruns privilegiados para a troca de experiências e para a assimilação de assuntos diversos, colocando em questão qual era o legado europeu para as cidades e as nações americanas e, de que forma, a experiência americana, cristalizada no exemplo dos Estados Unidos, em grande medida poderia ser considerada uma via a ser trilhada.

3 – O Ethos Americano e a Possibilidade de Cruzar Olhares

No continente americano, apenas os Estados Unidos tinham órgãos centrais devotados à luta e a organização da classe arquitetônica até 1914, ano em que foram idealizados os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos. O Canadá, por suas ligações com a *Commonwealth*, valia-se de regras e legislações britânicas na condução de suas escolas de arquitetura e no seu dia-a-dia profissional. Os demais países não possuíam regulamentações, o que permitia com que engenheiros agrônomos, engenheiros navais e mestres de obras praticassem a Arquitetura. Os Estados Unidos, por outro lado, haviam desenvolvido, ainda no século XIX, uma instituição própria, a qual alcançava grande notoriedade naquele país, mostrando às demais nações americanas as vantagens daquele formato de órgão na luta pelos direitos profissionais, o que não tardou a aparecer no escopo de ações dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos: o AIA – *American Institute of Architects*.

A trajetória de consolidação do AIA encontra projeção a partir depois de 1867, ano em que os estatutos da entidade foram emendados de forma muito interessante. Naquele ano foi acrescentada ao órgão a função de "*unir fraternalmente*" os arquitetos do continente norte-americano e de "*promover o desenvolvimento artístico, científico e prático da profissão*" (AIA, 2007). Por "*continente*" entendeu-se, naquela ocasião, apenas a América do Norte, tendo havido a sugestão, inclusive, de que os "arquitetos" do México e do Canadá fossem convidados a participar, o que, entretanto, não

aconteceu, especialmente depois dos incidentes como a anexação de territórios outrora pertencentes ao México pelos estadunidenses, o que rendeu antipatias recíprocas entre os dois países, desde meados do século XIX.

Segundo Jeffrey Cody, a presença de arquitetos americanos trabalhando fora do país, fenômeno verificado desde os oitocentos, levou este Instituto a criar, em 1920, uma comissão interna denominada de *Foreign Building Cooperation Standing Committee*, que vigorou com força, até a Grande Depressão, iniciada no fim dos anos 1920 (CODY, 2003, p.59). Este comitê vinha efetivar os esforços de contato mantido pelo AIA com muitos *practitioners* que já trabalhavam na América Latina, considerada pelo Instituto, ao lado da Ásia, como uma das principais regiões do Globo a merecerem especial atenção do setor da construção civil estadunidense. Cody cita, por exemplo, que em 1914 haviam quatro arquitetos ligados ao AIA com endereço fora dos Estados Unidos: J. Edward Campbell, na Cidade do México; William Cresson, em Quito; Antonio Nechodoma, em San Juan (Porto Rico) e Clinton Ripley, em Honolulu (CODY, 2003, p.59). Antes de 1914 era possível detectar, ainda, Alfred Zucker, em Buenos Aires, considerado o introdutor da tecnologia americana do *steel frame* (estrutura metálica) na Argentina (CODY, 2003, p.59). Durante a Primeira Guerra Mundial, Jeffrey Cody informa que se encontrava Louis N. Thomas, em Buenos Aires, o qual detinha o título de *Honorary Corresponding Member* do AIA, por ali residir (CODY, 2003, p.60). No Brasil, John Pollock Curtis e William Procter Preston também eram *Honorary Corresponding Members* do AIA, e residiam no Rio de Janeiro, onde haviam ajudado a fundar e participavam do Instituto Central de Arquitetos daquela cidade, em 1921 (ATIQUÉ, 2007).

Algo importante para a comprovação das articulações profissionais tratadas neste artigo está o fato de que o AIA começou a expedir, também, títulos de *Honorary Membership* aos arquitetos ligados aos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos. Em documento datado de 19 de novembro de 1927, o AIA ponderava que fora os títulos concedidos ao arquiteto Horacio Acosta y Lara por ocasião do Primeiro Congresso Pan-Americano de Arquitetos, ocorrido no Uruguai, como, também, aos arquitetos chilenos Morales e Cortez, o órgão, "em reconhecimento da crescente importância das relações intercontinentais, evidenciadas fortemente, em dimensão, escopo, e sucesso", por meio do Terceiro Congresso Pan-Americano de Arquitetos, transcrito em Buenos Aires, recomendava a expedição de certificados de membros honorários a três dos líderes daquele evento, a saber: Raul E. Fitte, Alberto Coni Molina e Francisco Squirru (UNIVERSITY ARCHIVES, LAIRD PAPERS, 1927).

Nas Escolas de Arquitetura a presença do AIA sempre foi notória por meio da atuação dos professores a ele vinculados, os quais inculcavam, nos alunos, a meta de pertencimento àquela organização de classe como fator distintivo (ATIQUÉ, 2007). Mesmo entre os estudantes de procedência estrangeira tal propaganda surtia efeito. Dessa forma, alunos advindos de países como Argentina, México, Chile e Brasil reputavam ao AIA um elevado grau de respeito. Muitos alunos egressos das escolas de arquitetura norte-americanas, sobretudo da *University of Pennsylvania*, não só acabaram por se tornar membros do AIA, como foram figuras-chave para a realização dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos e, conseqüentemente, para o estabelecimento dos órgãos de classe em seus diversos países, como Squirru, já citado, comprova (ATIQUÉ, 2007).

No que concerne a este artigo, deve-se dizer que não foram localizadas fontes que atestem se a formação do grupo uruguaio visando a constituição de sua *Sociedad Central de Arquitectos* foi inspirado no AIA, mas pode-se afirmar que o órgão estadunidense foi consultado, diversas vezes, pelo *Comité Permanente de los Congresos Panamericanos* quando da montagem dos primeiros eventos desses profissionais, e que as correspondências entre os líderes das associações de classe já formadas no continente, era prática constante (ATIQUÉ, 2007, p. 59).

Um relatório encaminhado ao AIA pelos delegados norte-americanos que participaram do Segundo Congresso Pan-Americano de Arquitetos, ocorrido em Santiago do Chile, em 1923, mostra quais foram as detecções feitas pelos "olhos americanos" acerca da América Latina:

Não há dúvida de que a questão emergirá: quais são as oportunidades, na América do Sul, para arquitetos dos Estados Unidos? A resposta é uma das mais difíceis, e envolverá uma longa discussão, maior do que o espaço aqui permitirá. Em todo caso (...) 1. O código de ética sob o qual a prática da arquitetura se dá na América do Sul é totalmente diferente do nosso. Em muitos casos o arquiteto e o construtor são a mesma pessoa. (...) 2. A ética dos concursos é igualmente diferente. Nós encontramos um aprofundado interesse por nossos métodos. 3. Nossos conceitos são absolutamente diferentes dos deles, o que torna impossível, para um norte-americano, tomar conhecimento apropriado dos problemas sul-americanos, até que ele fixe residência ali, não por uma semana ou um mês, mas tempo o suficiente para aprender a língua e apreender os ângulos mentais de abordagem deles. Aqui, novamente, descortina-se o argumento sobre o intercâmbio de estudantes. Não resta dúvida de que há um rápido 'desobstruir mental' acerca dos ideais norte-americanos de arquitetura, assim como em outras coisas, os quais têm proporcionado uma maior demanda e um efetivo incremento da população estadunidense morando na América do Sul. (...) Nós acreditamos que, com o

tempo, muitas associações agradáveis e úteis poderão ser efetivadas por arquitetos norte-americanos na América do Sul, e por arquitetos sul-americanos, na América do Norte. Consideramos isto um resultado de grande interesse para nossos jovens (AIA FOREIGN RELATION COMMITTEE, FOLDER 8, citado por CODY, 2003).

Este relatório foi escrito pelos arquitetos William Plack e Frank Watson, ambos atuantes na Filadélfia, por requisição de William Faville, o presidente do AIA, naquela época. O relatório dos norte-americanos demonstra que havia a intenção de aprofundar a presença estadunidense no setor da construção civil, mas, também no de projetos, por todas as Américas. A explicitação de diferenças de ação, por parte dos relatores, nos diversos países com os quais tomaram contato no Congresso, mostrou a necessidade de se pensar em um sistema de educação que aproximasse as Escolas de Arquitetura do continente, de forma a dirimir as barreiras profissionais. A herança europeia, inegavelmente presente em toda a América era incorporada como uma referência no universo educacional dos Estados Unidos, mas era pragmatizada, “americanizada” no sentido mais continental desta expressão de maneira a gerar demandas e novos caminhos nos países americanos.

Algo extremamente valioso para a compreensão da história da profissão de Arquiteto, e que pode ser notado nos Congressos Pan-americanos de Arquitetos, é a compreensão de que esses congressos são fruto de uma época, marcada, nas Américas, pela perda das ilusões formais e conservadoras dos Planos de Melhoramentos do começo do século em função da beligerância europeia na Segunda Guerra, e de um de seus maiores efeitos: a presença maciça de técnicos, referências e estéticas estadunidenses. Mas, não se pode perder de vista que as referências europeias e estadunidenses são duas faces que compõem o processo de circulação de saberes que marcaram os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, eventos cujo caráter plural foi fundamental para a acomodação de tendências, ideologias, práticas e referências constitutivas do *ethos* do continente americano.

Dessa forma, podemos concluir apontando que se a presença norte-americana nesses encontros profissionais causava certa atração, uma vez que a exibição de pesquisas e de avanços técnico-científicos daquele país mostrava possíveis caminhos a serem percorridos também pelas demais repúblicas americanas em seu desenvolvimento, por outro notamos a compreensão e o debate acerca da herança e das teorizações europeias. Algo importante a deixar registrado, contudo, é a percepção de que embora os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos possam, *simplistamente*, ser vistos como eventos que se esgueiram entre os interesses

estadunidenses e europeus, uma abordagem que reacende a teoria da dependência, podemos ver nesses eventos, sobretudo em suas 10 primeiras edições, aqui mostradas, um caráter propósito e de grande densidade, o que nos permite avaliar que “cruzar olhares” amplia os horizontes.

Referências

AMERICAN INSTITUTE of Architects Foreign Relation Committee. Folder 8. In: Cody, Jeffrey W. **Exporting American architecture: 1870 – 2000**. New York, Routledge, 2003.

ANELLI, Renato; GUERRA, Abílio; KON, Nelson. **Rino Levi: arquitetura e cidade**. São Paulo, Romano Guerra, 2001.

ARQUITETURA E URBANISMO. Rio de Janeiro, Instituto de Arquitetos do Brasil, 1940, a. V, mar-abr.

ATIQUÊ, Fernando. “Articulações Profissionais: os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos e o amadurecimento de uma profissão no Brasil, 1920-1940”. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes (org). **Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição de campo, 1920-1960**. Salvador, EDUFBA, 2009.

_____. **Arquitetando a “Boa Vizinhança”**: a sociedade urbana do Brasil e a recepção do mundo norte-americano, 1876-1945. (Tese de doutorado). São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2007.

BAGGIO, Kátia Gerab. “Os intelectuais brasileiros e o pan-americanismo: a Revista Americana (1909-1919)”. **Anais eletrônicos do IV Encontro** (2001). Disponível em: www.ifch.unicamp.br/anphlac/anais/encontro4. Acesso em 22 jul 2005.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

BRUIT, Héctor. A invenção da América Latina. In: ANPHLAC. **Anais eletrônicos do V Encontro** (2001). Disponível em: www.ifch.unicamp.br/anphlac/anais/encontro5. Acesso em 22 jul 2005.

CODY, Jeffrey W. **Exporting American architecture: 1870 – 2000**. New York, Routledge, 2003.

DAGHLIAN, Carlos. **Os discursos americanos de Joaquim Nabuco**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 1988.

FELDMAN, Sarah. **Planejamento e zoneamento**: São Paulo, 1947 – 1972. São Paulo, EDUSP / FAPESP, 2005.

- GUTIÉRREZ, Ramon; TARTARINI, Jorge; STAGNO, Rubens. **Congresos Panamericanos de Arquitectos, 1920-2000**: aportes para su historia. Buenos Aires, Federación Panamericana de Asociaciones de Arquitectos; CEDODAL, 2007.
- II CONGRESSO Pan-Americano de Architectos. **Architectura no Brasil**. Rio de Janeiro, n.24, v.4, a. II, set, 1923, p. 141-142.
- IV CONGRESO Panamericano de Arquitectos. **Revista de Arquitectura**. Buenos Aires, Sociedad Central de Arquitectos, n. 112, abr, 1930, p. 259-399.
- PRADO, Eduardo. **A Ilusão americana**. 6ª edição. São Paulo, Alfa Ômega, 2001.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes dos. **O Brasil entre a América e a Europa**. O Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo, Editora da UNESP, 2004.
- SOMEKH, Nadia. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador**: São Paulo, 1920 – 1939. São Paulo, Studio Nobel / EDUSP, 1997.
- THE NEW YORK TIMES. **First Pan-American Meeting to be Held in Montevideo**. November 16th, 1919, s/p.
- UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA. University Archives and Record Center. **Correspondence from F. Squirru to W.P. Laird**, Dec 2, 1919. Laird Papers – 1919.
- UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA. University Archives and Record Center. **Correspondence from H. Acosta y Lara to W.P. Laird**, Sep 12, 1919. Laird Papers – 1919.
- UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA. University Archives and Record Center. **Laird Papers** – 1927.